



Mundi Bolsas

Mundi Bolsas Eireli

CNPJ: 30.131.373/0001-62 - IE 258.642.955 – IM 28617

(49) 3030-5599 – licitacoesmundi@gmail.com

Rod. Caetano Chiuchetta, 1600, Colinas

Concórdia / SC – CEP 89.700-489

Banco 756 – AG 3288 – C/C 23029-4

ILUSTRÍSSIMO(A) Sr(a). Pergoeiro(a).

Comissão de Licitação do Município de Itapoá

Ref.: EDITAL DE **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 102/2022**

PROCESSO: 181/2022

Objeto: Aquisição de mochilas e estojos escolares para distribuição aos alunos em situação de vulnerabilidade da Rede Municipal de Ensino

Mundi Bolsas Eireli, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.131.373/0001-62, com sede na Rod. Caetano Chiuchetta, 1600, Colinas, Concórdia / SC, por seu representante legal infra assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, com fulcro no art. 109, da Lei nº 8666/93, bem como no art. 5º da Constituição Federal, à presença de Vossa Excelência, pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra decisão dessa digna Comissão Permanente de Licitação que inabilitou a recorrente demonstrado pelos motivos abaixo:

I – DOS FATOS SUBJACENTES

A questão em contenda nos autos diz respeito à regularidade do ato de desclassificação da licitante que ofertou a menor proposta para o lote 01, em função da suposta inadequação da ficha técnica apresentada, conforme inserido no sistema comprasnet:

10/01/2023 09:53:51 - Sistema - O fornecedor MUNDI BOLSAS EIRELI foi desclassificado para o item 0001 pelo pregoeiro.

10/01/2023 09:53:51 - Sistema - Motivo: Licitante não cumpriu a exigência da alínea "c" do Anexo I do Edital (apresentou sob o título "Ficha" a transcrição da descrição do item disposta no edital, sem inclusive qualquer identificação do documento, não cumprindo a finalidade a que se destina).

Segundo o item 7.9.5 do presente edital:

7.9.5. Ser acompanhada do catálogo ou ficha técnica contendo as especificações do produto ofertado.

Segundo manifestação do pregoeiro, a decisão pela desclassificação da proposta ofertada pela recorrente foi tomada **sob alegações que o catálogo e a ficha técnica apresentada pela recorrente, não atende o solicitado no edital.**

De fato, a cláusula do edital menciona CATÁLOGO ou FICHA CONTENDO A ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, a recorrente apresentou os dois documentos exatamente conforme exige o edital, em nenhuma cláusula pede ficha técnica com fotos do produto, pois a descrição da mochila foi desenvolvida pela própria prefeitura, portanto, não é um produto que se entra em catálogo de fabricante de mochilas.

Quanto ao documento não estar com identificação, trata-se de mero formalismo, uma vez que o próprio edital pede que seja "com as especificações do produto ofertado" e o próprio título "Ficha" entende-se que se trata da ficha técnica.

A empresa Universo das Bolsas Indústria e Comércio Eireli ME foi habilitada em ambos os lotes sob a justificativa:

10/01/2023 10:20:13 - Pregoeiro - Tendo em vista que a segunda classificada para o item 1 apresentou documento intitulado Ficha Técnica - Mochila Escolar **contendo fotos do produto ofertado** permitindo visualização das características exigidas no edital, o documento será submetido à análise técnica da Secretaria de Educação.

10/01/2023 10:56:47 - Pregoeiro - Tendo em vista que a terceira classificada para o item 2 apresentou documento intitulado Ficha Técnica - Estojo Escolar **contendo fotos do produto ofertado** permitindo visualização das características exigidas no edital, o documento será submetido à análise técnica da Secretaria de Educação.

Primeiramente a recorrente apresentou seu catálogo de acervo, onde seria possível a prefeitura escolher dentre vários modelos, um que atendesse a sua necessidade, porem esse foi ignorado por essa comissão.

Segundo que a mesma empresa restou habilitada nos dois lotes, incrivelmente apenas essa empresa tem fotos dos itens licitados, indícios de direcionamento?!

Será solicitado vistas ao processo para verificar se essa mesma empresa participou da cotação para abertura do processo licitatório.

Desta forma podemos afirmar que tal desclassificação afigura-se como ato nitidamente ilegal, como à frente ficará demonstrado.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

Deve-se considerar que o foco dos critérios de habilitação é unicamente a verificação das condições mínimas e indispensáveis dos licitantes para contratar com a Administração, de forma a garantir o cumprimento das obrigações contratuais. Assim, na fase de habilitação, não se justifica exigir, a título de comprovação de capacidade técnica, atestados de realização de serviços de proporções idênticas ou superiores às do objeto. Deve-se ter em mente que os critérios de habilitação devem convergir para propiciar a mais ampla concorrência entre licitantes e não limitá-la.

A comprovação da identidade entre bem oferecido e aquele licitado é realizada na fase de avaliação das propostas técnicas, quando é analisada a compatibilidade entre especificações do objeto ofertado e as demandadas no edital.

De outra forma, se a Administração entendesse ser essencial que a arrematante comprove o atendimento da descrição, bastaria solicitar amostra física.

A formulação desse juízo envolve uma avaliação da capacidade produtiva do licitante e chega a ser paradoxal a recusa da Administração em receber proposta excessivamente vantajosa da recorrente.

Cabe ainda lembrar o Art. 3º da Lei 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Tem-se o ensinamento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

O princípio da impessoalidade estaria relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda a atividade administrativa. Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento. Aplicação desse princípio encontra-se, por exemplo, no artigo 100 da Constituição, referente aos precatórios judiciais; o dispositivo proíbe a designação de pessoas ou de casos nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim. (Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo – 27. Ed. – São Paulo: Atlas, 2014, p. 68).

Consoante assinalamos em outra oportunidade, a ideia de probidade (probitate) encontra-se arraigada à de ética e moral. Refere-se à possessão de certas qualidades morais e ao agir em harmonia com preceitos éticos-morais. Significa integridade de caráter, honradez e pundonor. Probo (probu) qualifica o que é honesto, justo, reto, honrado; é aquele que apresenta caráter íntegro, que cumpre seus deveres e é criterioso ao agir.

Não se devem excluir quaisquer licitantes por excesso de formalismo, lembrando escólios de Benoit, o processo licitatório não é uma verdadeira gincana ou comédia.

Como dito por Hely Lopes Meirelles, “a orientação é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar.”

A SÚMULA 262 do TCU também define que: Cabe ao Órgão permitir que o licitante prove a exequibilidade do Objeto Ofertado, assegurando o alcance do objetivo da

licitação, que é a seleção da proposta mais vantajosa, e, por consequência, do interesse público, bem tutelado pelo procedimento licitatório.

Fica claro, portanto, que a míngua da indicação de qualquer dado concreto que pudesse sustentar a imaginada incoerência na ficha ou catálogo apresentado pela recorrente, esta não poderia ser alijada da disputa por meras conjecturas.

Aliás, é sabido de todos que os atos administrativos devem ser devidamente motivados, sob pena de invalidar aquilo que foi praticado.

III – DO PEDIDO

Os fatos caracterizam o instituto do fumus boni iuris e devem ser analisados com maior profundidade por esta unidade técnica, em vista da real possibilidade de ter havido distorções na análise do atestado apresentado pela recorrente.

Com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito, para que a recorrente seja:

- **Habilitada para o lote 01 do processo licitatório em questão, uma vez que apresentou todos os documentos exigidos no edital, bem como o catálogo com variedade de modelos.**

Nestes termos, pede deferimento.

Concórdia, 16 de janeiro de 2023

Mirela Lazzari Thomas
CPF 021.571.949-24 / RG 1.878.091-1 SSP/SC
Proprietária Mundi Bolsas Eireli